

EDITAL DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO Nº. 0019/2020

EDITAL – BR Nº. 0002/2020

NORMA APLICÁVEL: RELC

1. PREÂMBULO

1.1. A FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU-BRASIL – Fundação PTI-BR, com sede na Avenida Tancredo Neves, 6731, Parque Tecnológico Itaipu, CEP 85867-900, Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.769.688/0001-18, nos termos do “RELC” – Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Fundação Parque Tecnológico Itaipu-Brasil, registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro de Pessoas Jurídicas, Comarca de Foz do Iguaçu (PR), Protocolado sob o nº 0210544 e registrado sob o nº 0209581 no livro – B-1429 sob as folhas – 001/042. Representada pela Comissão Permanente de Licitações nomeada pela **Resolução do Conselho Diretor nº. 139/2019 de 14 de novembro de 2019**, torna público que realizará a **Contratação de serviço de atendimento móvel pré-hospitalar e inter-hospitalar nas dependências da Fundação PTI-BR ou em outro local na cidade de Foz do Iguaçu-PR.**

1.2. O inteiro teor deste Edital, incluindo seus Anexos, estará disponível no endereço eletrônico da Fundação Parque Tecnológico Itaipu-Brasil (**Fundação PTI-BR**): www.pti.org.br.

1.3. O processo de credenciamento de que trata este edital obedecerá às seguintes etapas:

- a) Entrega do requerimento de credenciamento acompanhado de toda a documentação exigida, no endereço estabelecido neste Edital;
- b) Análise documental;
- c) Habilitação;
- d) Divulgação dos prestadores habilitados;
- e) Realização de sorteio entre os credenciados na primeira etapa;
- f) Contratação conforme necessidade da **Fundação PTI-BR**;
- g) Acompanhamento da execução da contratação.

1.3.1. As atividades previstas dos itens “b” à “e” competem aos membros da Comissão de Licitações da **Fundação PTI-BR**.

1.3.2. O acompanhamento de que tratam os itens “f” e “g” será realizado pela área de

Assessoria de Comunicação.

1.4. São parte integrante deste edital os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Modelo de Requerimento de Credenciamento
ANEXO III	Documentos de Habilitação
ANEXO IV	Modelo de Declaração Unificada
ANEXO V	Modelo de Declaração de Me/EPP
ANEXO VI	Modelo de Solicitação de Entrada
ANEXO VII	Minuta da Ordem de Serviços
ANEXO VIII	Modelo de Termo de renúncia

2. DO OBJETO

2.1. Contratação de serviço de atendimento móvel pré-hospitalar e inter-hospitalar nas dependências da Fundação PTI-BR ou em outro local na cidade de Foz do Iguaçu-PR, em conformidade com o Anexo I deste Edital.

2.2. Este procedimento definirá as pessoas jurídicas habilitadas ao credenciamento que, após formalização, ficarão autorizadas a prestar os serviços para a **Fundação PTI-BR.**

3. DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Serão indicados no momento da contratação do credenciado.

4. VIGÊNCIA

4.1. Este edital terá a vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com os limites do Art. 112 do RELC.

4.1.1. Para prorrogação da vigência deverão ser atendidos os requisitos a seguir:

- A. Demonstração do especial interesse da FPTI-BR;
- B. Prova da compatibilidade dos valores do edital com os praticados pelo mercado;

**PTI**Parque Tecnológico
ItaipuCNPJ: 07.769.688/0001-18
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3576-7200
www.pti.org.br

- C. Anuência dos credenciados;
- D. Que os credenciados mantenham as mesmas condições de habilitação;
- E. Publicidade do termo de prorrogação de acordo com o Art. 37 do REL

4.2. Durante o período de vigência, qualquer interessado poderá requerer seu credenciamento para prestação dos serviços objeto deste edital.

5. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO E DOS PREÇOS

5.1. A descrição detalhada do objeto e especificação técnica dos serviços a serem prestados estão descritas no item 3 do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

5.2. Os preços devem ser conforme tabela abaixo:

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE MEDIDA/ MODALIDADE	TEMPO DA DIÁRIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Ambulância Tipo B	Diária	8 HS	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
02	Ambulância Tipo B	½ Diária	4 HS	R\$ 600,00	R\$ 600,00
TOTAL					R\$ 1.800,00

LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE MEDIDA/ MODALIDADE	TEMPO DA DIÁRIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Ambulância Tipo D	Diária	8 HS	R\$ 3.456,00	R\$ 3.456,00
02	Ambulância Tipo D	½ Diária	4 HS	R\$ 1.728,00	R\$ 1.728,00
TOTAL					R\$ 5.184,00

6. DOS ESCLARECIMENTOS DO CREDENCIAMENTO

6.1. Os pedidos de esclarecimento referentes ao processo de credenciamento poderão ser enviados ao membro da Comissão de Licitações, preferencialmente por meio eletrônico, no e-mail licitacoes@pti.org.br, ou via telefone (45) 3576-7463.

6.1.1. Nos pedidos enviados por e-mail, no campo "assunto" deverá constar o número do processo ou o número do edital.

EXEMPLO: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 0002/2020 – PROCESSO Nº 0019/2020 – ESCLARECIMENTOS

6.2. A FUNDAÇÃO PTI-BR, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas fornecerá e

esclarecerá as informações requisitadas.

- 6.3.** O prazo poderá ser prorrogado, por conveniência da **Fundação PTI-BR**, afim de proporcionar resposta concreta. Nesse caso, o prazo necessário será informado por e-mail.
- 6.4.** As perguntas e respostas estarão disponíveis a todos os interessados no link <https://www.pti.org.br/pt-br/avisos-de-editais>, e constituirão parte integrante deste Edital.

7. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 7.1.** Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade, devendo protocolizar o pedido até 3 (três) dias úteis após a publicação do edital.
- 7.2.** A FUNDAÇÃO PTI-BR processará, julgará e decidirá a impugnação interposta em até 48 (quarenta e oito) horas, contados da interposição da impugnação
- 7.2.1.** Na hipótese de o prazo referido no item anterior ser insuficiente, a FUNDAÇÃO PTI-BR, justificadamente deverá promover o adiamento da data fixada para a abertura da sessão pública.
- 7.3.** A impugnação deverá ser realizada exclusivamente por forma eletrônica, pelo e-mail licitacoes@pti.org.br.
- 7.4.** Compete a autoridade competente e aos membros da comissão de licitação signatários do instrumento convocatório decidir as impugnações interpostas.
- 7.5.** Na análise das impugnações, procurar-se-á, sob a luz da boa-fé, a preservação da licitação e dos negócios jurídicos dela decorrentes.
- 7.6.** Se a impugnação for julgada procedente, a FUNDAÇÃO PTI-BR declarará:
- I – Na hipótese de ilegalidade insanável, a nulidade absoluta da licitação ou ato eivado de vício, a depender da situação concreta;
- II – Na hipótese de defeitos ou ilegalidades sanáveis, promover-se-á a correção do ato, devendo:
- a) republicar o aviso da licitação, devolvendo o prazo de publicidade, exceto se a alteração no instrumento convocatório não afetar a participação de interessados no certame;
- b) comunicar a decisão da impugnação a todos os licitantes já inscritos.
- 7.7.** Se a impugnação for julgada improcedente, a **Fundação PTI-BR** deverá comunicar a

decisão a todos os interessados, dando seguimento ao processo.

- 7.8.** Os avisos, as impugnações, os pedidos de esclarecimentos e os respectivos posicionamentos do membro da Comissão de Licitação serão disponibilizadas no endereço eletrônico <http://www.pti.org.br>, para conhecimento da sociedade em geral, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

8. DA REVOGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

- 8.1.** Este Edital poderá ser cancelado a qualquer tempo, por ilegalidade constatada em qualquer fase do processo e/ou revogado, por conveniência e oportunidade da **Fundação PTI-BR**, em decorrência de motivo superveniente, pertinente e suficiente para justificar o ato, e/ou adiado por motivo justificado, conforme art. 68 do RELC.

9. DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

- 9.1.** Poderão participar do processo de credenciamento as pessoas jurídicas legalmente autorizadas para a prestação de serviços objeto deste edital, com capacidade técnica comprovada, regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, que não estejam em processo de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do poder público, que satisfaçam as condições de habilitação fixadas neste Edital e que aceitem as exigências estabelecidas no Termo de Referência.
- 9.2.** Os interessados habilitados, após análise da documentação apresentada, serão credenciados, mediante constatação do preenchimento dos requisitos exigidos no presente Edital e seus anexos e contratados conforme necessidade da **Fundação PTI-BR**.

10. DAS RESTRIÇÕES À PARTICIPAÇÃO

- 10.1.** Estarão impedidos de participar direta ou indiretamente da licitação, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
- 10.1.1.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

- 10.1.2.** Possuir no quadro societário: empregado, bolsista ou dirigente da Fundação PTI-BR e da ITAIPU Binacional, seus respectivos cônjuges, irmãos, ascendentes e descendentes, até o segundo grau de consanguinidade e afinidade, assim como pessoal cedido à Fundação PTI-BR e ITAIPU;
- 10.1.3.** Pessoas físicas ou jurídicas impedidas de licitar ou contratar com a **Fundação PTI-BR, ITAIPU BINACIONAL**, e aquelas com restrições junto ao **CEIS** e ao **CNJ**;
- 10.1.4.** Empresas estrangeiras que não funcionem no País;
- 10.1.5.** Empresas que tenham sido **declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta, em qualquer esfera e abrangência.**
- 10.1.6.** Pessoas física ou jurídica em processo de **falência, concordata, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação.**
- 10.2.** Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. Ao CREDENCIADO cabe:

- 11.1.1.** Executar os serviços conforme as especificações deste Termo de Referência e da sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e na proposta;
- 11.1.2.** Com base na Portaria 2.048/2002 do Min. Da Saúde, a CONTRATANTE poderá solicitar em qualquer tempo para CONTRATADA apresentar as seguintes documentações dos profissionais designados para executar os serviços deste objeto:
- O enfermeiro deverá possuir termo de responsabilidade técnica do COREN e habilitação para ações de enfermagem no Atendimento Pré-Hospitalar Móvel.

- O motorista deve possuir carteira nacional de habilitação – CNH, categoria D e certificado de curso de emergência de prática veicular, nos termos da normalização do COTRAN.
- O Médico deverá possuir termo de responsabilidade técnica no CRM e habilitação para Atendimento Pré-Hospitalar Móvel.

11.1.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14, 17 e 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.5. Responsabilizar-se pela Regulação Médica, junto as entidades competentes para definir um plano de deslocamento de acordo com a enfermidade de cada paciente;

11.1.6. Providenciar a substituição, imediata, da ambulância no caso de apresentar defeito que prejudique a prestação do serviço;

11.1.7. Utilizar na prestação de serviços, veículos, em perfeito estado de conservação e que atendam as especificações do Código de Trânsito Brasileiro.

11.1.8. Realizar a desinfecção da ambulância antes de sua utilização e sempre que necessário, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 930/1992 do Ministério da Saúde e demais normas;

11.1.9. A empresa, deverá atender as exigências da Portaria 2.048/2002 do Ministério da Saúde, a Resolução SESA nº 251/2014 da Secretaria da Saúde do Paraná e a Resolução COFEN nº 375/2011.

11.1.10. A empresa deverá manter sempre atualizada licença sanitária do veículo, conforme previsto no Art.3 da Resolução SESA nº 251/2014; Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES; Licença de funcionamento da pessoa jurídica fornecida pela vigilância sanitária; Certificado de inscrição da pessoa jurídica emitido pelo Conselho Regional de Enfermagem e Certificado de inscrição de pessoa jurídica emitido pelo Conselho Regional de Medicina;

- 11.1.11.** A contratada deverá apresentar a Fundação PTI-BR, sempre que solicitado os documentos a que se referem aos itens 1.2.1 e 1.3.1, do Anexo I deste edital, termo de referência.
- 11.1.12.** Relatar, à Contratante, toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 11.1.13.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.1.14.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto;
- 11.1.15.** Nos preços, deverão estar incluídos todas as obrigações, encargos e custos decorrentes da contratação;
- 11.1.16.** Manter contato com a FUNDAÇÃO PTI-BR, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência, que deverão ser confirmados por escrito, dentro de 3 (três) dias úteis;
- 11.1.17.** Colaborar, com a fiscalização da FUNDAÇÃO PTI-BR, em qualquer fase da entrega do objeto deste instrumento;
- 11.1.18.** Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados à FUNDAÇÃO PTI-BR ou a terceiros pelos seus empregados, decorrente de sua culpa ou dolo, não se eximindo dessa responsabilidade, ainda que a execução deste Contrato seja fiscalizada pela FUNDAÇÃO PTI-BR;
- 11.1.19.** Manter, durante o período de vigência do Contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas;

- 11.1.20.** Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado sem a aprovação da Fundação PTI-BR;
- 11.1.21.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos de possível demanda civil ou penal, relacionada à execução deste Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- 11.1.22.** Entregar os serviços dentro dos parâmetros estabelecidos, fornecendo todos os materiais em quantidade, qualidade e tecnologia adequada, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.1.23.** Não utilizar, em todas as atividades relacionadas à execução deste instrumento, mão de obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como exigir que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com os prestadores de seus insumos e/ou prestadores de serviços, sob pena de rescisão do Contrato;
- 11.1.24.** Os prejuízos ou danos causados pelos seus funcionários aos bens móveis, imóveis, equipamentos e utensílios da Fundação PTI, após comunicação formal do Fiscal do Contrato, deverão ser substituídos por materiais/bens idênticos ou recuperados quando possível, deixando-os em perfeito estado de conservação ou funcionamento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;
- 11.1.25.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 122, inciso 2º do RELC;
- 11.1.26.** Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) quando for o caso;
- 11.1.27.** Apresentar à Fundação PTI-BR, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão na Fundação para a execução do serviço;
- 11.1.28.** A CONTRATADA deverá realizar a correção dos problemas verificados, no prazo estipulado, posteriormente pela Fundação PTI-BR, a contar do recebimento da comunicação ou do conhecimento dos defeitos;
- 11.1.29.** Cumprir com as demais obrigações previstas neste Termo de Referência;

11.2. O CREDENCIANTE fica obrigado a:

- 11.2.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;
- 11.2.2.** Verificar, minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 11.2.3.** Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 11.2.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, por meio de colaborador especialmente designado;
- 11.2.5.** Efetuar o pagamento, à contratada, no valor correspondente à prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;
- 11.2.6.** Disponibilizar o endereço e-mail e o contato telefônico;
- 11.2.7.** Permitir o livre acesso, da contratada, às dependências da Fundação PTI – BR, observadas as normas de segurança da Fundação PTI – BR e da Itaipu Binacional, para os casos em que seja requerida a instalação, a substituição ou a devolução do(s) objeto(s);
- 11.2.8.** Proporcionar as condições necessárias para o pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato, isto é, àquelas previstas no Termo de Referência;
- 11.2.9.** Comunicar, à contratada, toda e qualquer ocorrência relacionada ao fornecimento dos equipamentos, diligenciando nos casos que exijam providências corretivas.

11.3. A Fundação PTI – BR não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com Terceiros, ainda que vinculados à execução do presente instrumento contratual, bem como por qualquer dano, causado a terceiros, em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DAS CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO

12.1. O interessado em participar do processo de credenciamento, objeto deste edital,

deverá entregar, no ato do requerimento, **os documentos constantes no ANEXO III** do Edital, sob pena de desclassificação.

12.2. Toda a documentação exigida é requisito obrigatório à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica do interessado no credenciamento.

12.3. Os documentos poderão ser apresentados em original, cópia autenticada por cartório ou por membro da comissão de licitação, publicação em órgão da imprensa oficial, ou obtidos pela internet em sítios oficiais do órgão emissor, e devem estar com o prazo de validade em vigor.

12.4. Quando o prazo de validade não estiver expresso no documento, o mesmo será aceito com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias do recebimento dos envelopes.

12.5. Serão considerados habilitados os interessados que apresentarem a documentação válida exigida e se enquadrarem nas regras deste Edital.

12.6. Serão considerados inabilitados os interessados que:

12.6.1. Estejam enquadradas em, pelo menos, um item relacionado no **item 10** do edital.

12.6.2. Estejam inadimplentes com as obrigações assumidas junto aos órgãos fiscalizadores da atividade/profissão, ou possuam qualquer nota desabonadora emitida pelos referidos órgãos.

12.6.3. Não atendam aos requisitos do Edital.

13. DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

13.1. A entrega de documentos obedecerá duas fases:

13.1.1. Na primeira fase, os interessados em participar do processo de credenciamento inicial, deverão encaminhar a documentação exigida no **ANEXO III** do edital até as **18h00min** do dia **03/03/2020**.

13.1.2. Na segunda fase, que inicia no dia imediatamente posterior à data supracitada, e permanecerá aberta até o término da vigência do Edital, os interessados em efetuar o credenciamento para o presente objeto, deverão encaminhar a documentação exigida no **ANEXO III** do edital a qualquer

momento dentro da vigência.

13.2. Os documentos deverão ser encaminhados para a Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil, situada na Avenida Tancredo Neves, nº 6731, nas dependências da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, Edifício das Águas, Fase II – Telefone: (45) 3576-7463.

13.3. Todos os documentos exigidos neste Edital para a instrução do processo de credenciamento deverão ser entregues em um único envelope no qual conste a seguinte informação:

FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU – BRASIL

Av. Tancredo Neves, 6731 – Parque Tecnológico Itaipu-Brasil

CEP 85.867-900 – Foz do Iguaçu/PR

A/C da Comissão Permanente de Licitações

PROCESSO 0019/2020 – EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 0002/2020

DOCUMENTOS INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

Contratação de serviço de atendimento móvel pré-hospitalar e inter-hospitalar nas dependências da Fundação PTI-BR ou em outro local na cidade de Foz do Iguaçu-PR

13.4. As informações prestadas, assim como a documentação entregue, são de inteira responsabilidade do interessado.

14. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

14.1. Toda a documentação exigida é requisito obrigatório à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica do interessado no credenciamento de que trata este edital.

14.2. A análise dos documentos apresentados será realizada pelos membros da Comissão de Licitações da **Fundação PTI-BR** em dois momentos:

14.2.1. O primeiro momento compreende a fase inicial de credenciamento, conforme mencionado no **item 13.1.1**, onde os documentos serão analisados em até

05 (cinco) dias úteis, contados da data limite para entrega da documentação da fase inicial do credenciamento.

14.2.2. O segundo momento, que abrange o período em que o Edital de Credenciamento permanecerá aberto, a documentação será analisada em até 10 (dez) dias úteis a partir do seu recebimento.

14.3. Após o recebimento da documentação, pelos membros da Comissão de Licitações da **Fundação PTI-BR**, caso seja identificada qualquer não conformidade com as exigências deste Edital por parte dos interessados, estes serão inabilitados.

15. DA DILIGÊNCIA

15.1. Em qualquer fase do certame a **Fundação PTI-BR** poderá, por intermédio do membro da comissão de licitações, promover diligências que entender necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo, conforme art. 17 do RELC.

15.2. Será admitido que os interessados, em resposta à diligência promovida, procedam com a juntada posterior de documentos cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica aos documentos já existente na data da apresentação do requerimento de credenciamento.

15.3. Poderão ser objeto de saneamento os erros formais e os materiais irrelevantes, em relação aos documentos para a habilitação.

15.4. As proponentes notificadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo membro da Comissão de Licitações, sob pena de desclassificação/inabilitação.

16. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

16.1. Os resultados das pessoas jurídicas credenciadas serão publicados no endereço eletrônico www.pti.org.br, em dois momentos:

16.1.1. Ao término da análise dos requerimentos de credenciamento da primeira fase; e

16.1.2. À medida que a análise documental for concluída, considerando os requerimentos de credenciamento recebidos após a data mencionada no **item 13.1.1.**

17. DOS RECURSOS

17.1. Os interessados poderão recorrer do resultado publicado em relação à avaliação da documentação entregue no ato da inscrição, apresentando suas razões devidamente fundamentadas por escrito, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado do dia subsequente à data da publicação do resultado no site da **Fundação PTI-BR** ficando, nesse período, autorizados a obter vistas ao processo junto a **Fundação PTI-BR** na sede da Fundação Parque Tecnológico Itaipu-Brasil, situada na Avenida Tancredo Neves, nº 6731, nas dependências da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, **Edifício das Águas, Fase II** – Telefone: (45) 3576-7463.

17.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será de 03 (três) dias úteis e começará imediatamente após o encerramento do prazo a que se refere o item anterior. As contrarrazões cabem apenas na fase posterior à fase inicial, e poderão ser apresentados apenas por empresas credenciadas nas condições presentes neste Edital.

17.3. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos aqui referidos, inciam-se e expiram-se exclusivamente em dias úteis no âmbito da **Fundação PTI-BR**.

17.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da comissão de licitação, que apreciará sua admissibilidade, cabendo a autoridade competente reconsiderar ou não sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que no mesmo prazo seja proferida a decisão final.

17.5. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.6. A **Fundação PTI-BR** comunicará o resultado do recurso interposto disponibilizando-o no endereço eletrônico www.pti.org.br.

18. DO SORTEIO

18.1. Após a divulgação do resultado da fase inicial, e transcorrido os prazos recursais, será agendada, com a devida publicidade, a data para realização do sorteio para definição

da ordem classificatória das empresas credenciadas nessa fase.

18.1.1. No caso de haver um único credenciado fica dispensada a utilização do sorteio.

18.2. A forma para a realização do sorteio, será com a colocação, em um único recipiente, de papéis cortados em tamanho único, dobrados e previamente preenchidos com o nome dos credenciados, onde os próprios credenciados serão convidados a efetuar o sorteio.

18.3. Em cada retirada para a definição da sequência, deverá ser mostrado, e lido em voz alta, o nome do credenciado sorteado, a todos os presentes, com posterior registro em ata pela Comissão de Credenciamento.

18.4. Da Sessão do Sorteio, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelos Membros da Comissão de Credenciamento, e por todos os presentes.

18.5. A ordem de sorteio desses nomes estabelecerá uma ordem de chamada dos credenciados. Desta forma, o primeiro sorteado será convocado para primeira vaga disponível, assim, sucessivamente.

18.6. Aqueles que forem credenciados após o prazo inicial de envio de documentos previsto em edital, entrarão no final da ordem da lista de atendimento estabelecida pelo sorteio.

19. DA CONTRATAÇÃO

19.1. As empresas que atenderem aos requisitos deste edital e seus anexos e apresentarem toda a documentação solicitada de acordo com o **ANEXO III** do edital serão consideradas **CREDENCIADAS** a prestar os serviços para a **Fundação PTI-BR**, respeitando-se a alternatividade entre os credenciados para contratação.

19.2. A **CREDENCIADA** atuará mediante convocação e em razão da necessidade da **Fundação PTI-BR**;

19.3. A execução dos serviços será iniciada após a emissão pela Fundação PTI-BR do documento Ordem de Serviço (OS), devidamente aprovada pelo representante da Fundação PTI-BR e com rubrica do representante da CONTRATADA.

- 19.4.** Em função das necessidades da **Fundação PTI-BR**, a Ordem de Serviço (OS) poderá ser comunicada por meio eletrônico à **CREDENCIADA** e formalizada posteriormente com a emissão do documento datado e assinado pela área solicitante.
- 19.5.** A Ordem de Serviço (OS) será encaminhada pela **Fundação PTI-BR** à **CREDENCIADA** com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.
- 19.6.** A Ordem de Serviço (OS) deverá especificar o escopo do trabalho a ser executado, contendo:
- I. Identificação do trabalho (título e numeração);
 - II. Data de Solicitação;
 - III. Local da ocorrência do serviço;
 - IV. Enquadramento dos serviços, conforme escopo do Termo de Referência;
 - V. Detalhamento do pedido e características técnicas, bem como prazos e outras especificações de entrega, a critério da **Fundação PTI-BR**.
- 19.7.** Eventuais alterações quanto ao detalhamento especificado na Ordem de Serviço (OS) deverão ser acordadas entre as partes e, devidamente, registradas por escrito em documentos anexos à Ordem de Serviço (OS).
- 19.8.** A rubrica do representante da CONTRATADA configura recebimento e aceitação das instruções expressas na Ordem de Serviço (OS) e em seus anexos.
- 19.9.** A contratada considera-se, perfeitamente, informada das condições pactuadas, bem como totalmente informada quanto ao local, data e horários onde serão executados os serviços.
- 19.10.** Os serviços serão solicitados com antecedência mínima de até 24 horas anteriores a data do evento.
- 19.11.** Durante o evento por força maior ou se o gestor julgar necessário a permanência da ambulância por um período maior que o previsto na ordem de serviço, a tripulação e empresa será comunicada da necessidade das horas excedentes. O valor da hora excedente será pago proporcional o valor da modalidade do serviço contratado.
- 19.12.** É de responsabilidade do prestador do serviço a Regulação Médica, junto as entidades competentes para definir um plano de deslocamento de acordo com a enfermidade de cada paciente.

- 19.13.** O prestador do serviço deverá informar o plano de Regulação Médica 24 horas antes da execução do serviço.
- 19.14.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Fundação PTI – BR, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 19.15.** Os serviços deverão ser verificados pela área responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. Os serviços serão recebidos, provisoriamente, no prazo de 4 dias corridos, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do instrumento contratual, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 19.16.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos, imediatamente a contar da notificação da CONTRATADA, as suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 19.17.** Os serviços serão recebidos, definitivamente, no prazo de 7 dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e, consequente, aceitação mediante termo circunstanciado.
- 19.17.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 19.18.** O recebimento, provisório ou definitivo, do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do instrumento contratual.
- 19.19.** A realização do serviço não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 19.20.** Todas as despesas com a execução dos serviços (tais como: mão de obra, transporte, alimentação, entrega, encargos, impostos de qualquer natureza), incidentes sobre o objeto do presente, são de inteira responsabilidade e risco da empresa CONTRATADA.

20. DA ALTERNATIVIDADE ENTRE OS CREDENCIADOS

20.1. A solicitação dos serviços será conforme a necessidade e conveniência da **Fundação PTI-BR**, sendo respeitada a alternatividade entre os credenciados, sempre excluída a vontade da **Fundação PTI-BR** na determinação da demanda por credenciado.

20.2. Havendo mais de um credenciado, a prestação dos serviços ocorrerá mediante o sistema de rodízio, iniciado por sorteio. Todos os nomes credenciados dentro prazo inicial de envio de documentos estipulado no **item 13.1.1** deste edital, serão sorteados. A ordem de sorteio desses nomes estabelecerá a ordem de chamada dos credenciados. Desta forma, o primeiro sorteado será convocado para primeira vaga disponível, assim, sucessivamente.

20.3. Aqueles que forem credenciados após o prazo inicial de envio de documentos previsto em edital, entrarão no final da ordem da lista de atendimento estabelecida pelo sorteio.

20.3.1. Para não haver interpretações dúbias, e buscando mitigar o surgimento de dúvidas quanto a ordem de credenciamento, vejamos o exemplo a seguir:

a) Na fase inicial de credenciamento, foram credenciadas 03 (três) empresas: "A", "B" e "C".

b) Após o sorteio a ordem de credenciamento ficou assim:

1º lugar: empresa "A"

2º lugar: empresa "B"

3º lugar: empresa "C"

c) Logo após o credenciamento, foi demandado um serviço, executado pela empresa "A", credenciada em 1º lugar.

d) Tempos mais tarde, a empresa "D" requereu o credenciamento que, após trâmites, foi deferido.

e) Com o credenciamento da empresa "D", a ordem ficou assim:

1º lugar: empresa "A" (executou a primeira demanda)

2º lugar: empresa “B”

3º lugar: empresa “C”

4º lugar: empresa “D”

OBSERVAÇÃO: Note que apesar da empresa “D” ser credenciada após ocorrido prestação de serviços por parte da empresa “A”, esta será acionada após a empresa “C” prestar o serviço, pois o rodízio não leva em consideração se já houve demanda para a ordenação de novos credenciados.

20.4. O critério que será utilizado no rodízio é a alternância de credenciados por solicitação de serviço, ou seja, o mesmo credenciado não poderá atender duas solicitações em sequência.

20.5. O sorteio será realizado na **Fundação PTI-BR** com divulgação prévia da data e o resultado será disponibilizado no site www.pti.org.br.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. Não serão permitidas subcontratações.

22. DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

22.1. A **Fundação PTI-BR** realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de fiscalização das atividades correlatas, sob responsabilidade da área de **Gestão de Pessoas**, devendo as intercorrências ser registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.

22.2. Os usuários dos serviços poderão denunciar irregularidades na prestação dos serviços, informando à área gestora para que sejam tomadas as providências cabíveis.

23. DO PAGAMENTO

23.1. O pagamento da prestação de serviços será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, a contar do aceite do documento fiscal, desde que o(s) objeto(s) esteja(m) em conformidade com o solicitado pela **Fundação PTI-BR**.

23.2. Os valores pagos obedecerão a Ordem de Serviço.

23.3. Nenhum pagamento será efetuado ao CREDENCIADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

23.4. O aceite do documento fiscal consiste na validação da Nota Fiscal, observados os dados cadastrais, retenções de tributos e contribuições quando aplicáveis, e compatibilidade da CNAE – Classificação Nacional de Atividade Econômica, com o objeto contratado.

23.5. A nota fiscal somente deverá ser emitida após a aprovação, por parte da Fundação PTI-BR, do(s) seguinte(s) documento(s):

I. A “Ordem de Serviço”, “Contrato” ou o Pedido de Compras” emitido pela Fundação PTI-BR;

II. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

III. Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CREDENCIADA;

IV. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

V. Certidão do Fundo de Garantia do Tempo e Serviço (FGTS).

VI. Correspondência com a solicitação do respectivo pagamento, relativo à realização dos serviços executados;

VII. Cópias das guias de recolhimento quitadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, GFIP e da Previdência Social (GPS) dos empregados da CONTRATADA que forem designados para a prestação dos serviços ora contratados, correspondente ao mês imediatamente anterior, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade trabalhista e fiscal da CONTRATADA (quando couber).

23.6. A nota fiscal pagamento dos serviços estão condicionados às entregas das solicitações dos mesmos (pela **CREDENCIADA**), a aprovação pela Fundação PTI-BR do fornecimento e serviços realizados, a entrega da documentação completa exigida para liberação do pagamento conforme prazos e condições a serem firmados em instrumento contratual.

23.7. Caso a Contratada esteja enquadrada no regime tributário do SIMPLES NACIONAL, ela deverá entregar, junto ao documento fiscal, a declaração do enquadramento e o respectivo anexo. Quando possuir benefícios fiscais de imunidade ou isenção, a mesma deve apresentar declaração com a base legal do enquadramento.

23.8. Os documentos fiscais deverão constar o número do pedido de compras, a descrição objetiva e clara dos serviços prestados, o local da prestação dos serviços quando ocorrer fora do município de Foz do Iguaçu/PR e o destaque das retenções de Tributos, quando aplicáveis.

23.9. Os documentos fiscais deverão ser preenchidos em nome da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – BR, CNPJ 07.769.688/0001-18, com natureza jurídica de entidade privada sem fins lucrativos, inscrição municipal 36.687, não contribuinte de ICMS, situada na Avenida Tancredo Neves nº 6731, CEP 85.867-900, Bairro Itaipu, Foz do Iguaçu (PR).

23.9.1. Nos documentos fiscais deverão constar: o número do pedido de compras, a descrição detalhada dos serviços prestados, o local da prestação dos serviços (quando ocorrer fora do município de Foz do Iguaçu – PR) e o destaque das retenções de tributos (quando aplicáveis).

23.10. Todos os documentos fiscais eletrônicos devem ser enviados para o e-mail: nfeletronica@pti.org.br e as Notas Fiscais manuais devem ser enviadas para a área de recebimento.

23.11. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CREDENCIADA, quando couberem, estarão sujeitos à retenção de tributos, conforme legislação vigente:

I. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), conforme Decreto nº 9.580 de 2018 art. 74 RIR/2018. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), conforme Lei 10.833/2003 e Instrução Normativa RFB 459/2004;

II. Contribuição social previdenciária (INSS), na forma da Instrução Normativa RFB no 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;

III. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital;

IV. Demais tributos incidentes sobre o objeto da contratação.

23.12. A CREDENCIADA, quando da formalização de sua Proposta Comercial, assumirá a responsabilidade de fazê-la com inclusão de todas as obrigações e encargos, ou seja, todos os custos incidentes para a consecução do objeto contratado, não podendo ser atribuída à Fundação PTI-BR nenhuma despesa adicional, a qualquer título.

23.13. Caso a CREDENCIADA não apresente a documentação completa exigida para liberação do pagamento da nota fiscal/fatura no prazo estabelecido, o respectivo pagamento dos serviços somente ocorrerá a 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação formal, pela CREDENCIADA à Fundação PTI-BR, dos respectivos documentos faltantes.

23.14. A Fundação PTI-BR poderá, a seu critério, deduzir dos pagamentos devidos à CREDENCIADA, valores cobrados pela mesma sem o devido respaldo contratual ou resultantes de multas ou qualquer outro débito da CREDENCIADA decorrente dos compromissos assumidos neste Contrato.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. São consideradas infrações graves para fins do presente contrato:

I. Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;

II. Apresentação de documento falso;

III. Qualquer ato que frustre ou fraude, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;

IV. Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

V. Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;

VI. Incorrer em inexecução contratual;

VII. Não pagamento pelo PRESTADOR, das verbas trabalhistas;

VIII. Não pagamento, pela CONTRATADA, das verbas trabalhistas, encargos sociais e previdenciários.

24.2. Para toda e qualquer ofensa aos deveres contratuais, poderão ser aplicadas, à CONTRATADA, sem prejuízos da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

I. Advertência para faltas leves, assim entendidas: aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o Contratante.

II. Multa Moratória, equivalente a 0,333% (trezentos e trinta e três milésimos por cento) do valor atualizado no instrumento contratual, por dia de atraso.

III. Multa compensatória, de 10% (dez por cento) do valor do instrumento contratual, no caso de inexecução total do instrumento contratual ou por ato que frustre ou fraude a licitação, sem prejuízo de rescisão unilateral da avença.

IV. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Fundação PTI - BR, por até 5 (cinco) anos.

24.3. Considera-se, como inexecução total do instrumento contratual, o atraso na execução do serviço por mais de 02 horas.

24.4. Como forma de punir certas ocorrências pontuais da CONTRATADA, serão aplicados os quadros a seguir, respeitando-se o limite para a aplicação de multas estabelecida por este Termo de Referência, independentemente da aplicação de outras penas.

24.4.1. A caracterização formal da "ocorrência", do item "DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA" do "Quadro 2 - Infração", será a notificação da CONTRATADA pela Fiscalização da Fundação PTI-BR, sendo de um dia a periodicidade mínima para a repetição desses atos.

Quadro 1 - Correspondência

GRAU	VALOR DA MULTA
1	0,2% do valor do contrato
2	0,4% do valor do contrato
3	0,8% do valor do contrato
4	1,6% do valor do contrato
5	3,2% do valor do contrato

24.5. Na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR deverá ser considerada a dosimetria da penalidade, conforme tabela a seguir:

INFRAÇÃO	PENA (MÁXIMA)
Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;	04 (quatro) meses
Apresentação de documento falso;	30 (trinta) meses
Qualquer ato que frustre ou fraude, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;	30 (trinta) meses
Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;	30 (trinta) meses
Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;	36 (trinta e seis) meses
Incorrer em inexecução contratual.	12 (doze) meses

24.5.1. A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR para o caso de inexecução contratual deve ser aplicada apenas no caso de inadimplemento grave ou que se entenda que não é dispensável de cumprimento.

24.6. As sanções, previstas na tabela acima, de infração e pena, poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante abaixo, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência dos seguintes termos:

I. Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro, no Cadastro de Fornecedores da Fundação PTI-BR, de penalidade aplicada em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas neste instrumento, nos 24 (vinte e quatro) que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

II. Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

III. Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

IV. Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

24.7. As infrações, independentemente de sua gravidade, poderão ser aplicadas de modo cumulativo, mais de uma penalidade, sem prejuízo da eventual rescisão contratual sem

o direito à indenização.

24.8. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a **Fundação PTI-BR**, nos termos do art. 157 do RELC:

I. As pessoas físicas integrantes do quadro societário da pessoa jurídica independentemente de nova pessoa jurídica que vieram a criar ou de outra em que figurarem como sócios.

II. Às pessoas jurídicas que possuam sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.

24.9. A **Fundação PTI-BR** poderá rescindir o contrato caso o montante correspondente à soma dos valores das multas moratórias ultrapassem a 10% (dez por cento) do valor total atualizado deste Contrato.

24.10. Se a multa aplicada não for suficiente para cobrir os prejuízos causados à **Fundação PTI-BR**, poderá esta, justificadamente, requerer a diferença a que tem direito.

24.11. As sanções de advertência e suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **Fundação PTI-BR**, por até 5 (cinco) anos poderão ser aplicados juntamente as sanções de multa, a depender do caso e a sua aplicação, ainda que de forma cumulada, não exime a responsabilidade de indenizar eventuais perdas e danos ocasionados à **Fundação PTI-BR** decorrentes do descumprimento contratual e/ou obrigação editalícia.

24.12. A multa não será aplicada caso o fato gerador em que incorreu o PRESTADOR tenha sido consequência de motivo de força maior ou caso fortuito.

24.13. A **Fundação PTI-BR** reserva-se o direito de deduzir dos valores devidos ao PRESTADOR as multas aplicadas e a importância necessária ao ressarcimento de danos e/ou prejuízos, que esta causar à **Fundação PTI-BR** ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

24.14. As penalidades estabelecidas nesta cláusula não excluem nenhuma outra prevista em lei, nem a responsabilidade do PRESTADOR por perdas e danos que causar à **Fundação PTI-BR**.

24.15. Na contagem dos prazos estabelecidos neste processo de credenciamento, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias úteis

consecutivos.

24.16. A aplicação das penalidades previstas poderá ser realizada em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao PRESTADOR, observando-se o art. 160 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil - RELC.

24.17. A **CREDENCIADA** poderá interpor defesa e apresentar e/ou requerer a produção de provas, conforme o caso.

24.18. Da decisão final cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da intimação do ato. O recurso deverá ser apresentado à autoridade que praticou o ato recorrido e será julgado pelo Diretor Administrativo-Financeiro da Fundação PTI-BR.

24.19. A não ocorrência das penalidades acima referidas, não impede que a **Fundação PTI-BR** rescinda, unilateralmente, o Contrato.

24.20. Na aplicação das sanções deverão ser considerados os danos resultantes da infração, situação econômico financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza, bem como a outras circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes em face do caso concreto, observado o princípio da razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação, art. 158 do RELC.

24.21. No caso de atraso do pagamento por parte da **Fundação PTI-BR**, a **CREDENCIADA** poderá exigir as penalidades a seguir:

- a) Multa de 2% (dois por cento), sobre o valor da parcela pendente.
- b) Juros de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor da parcela pendente.

25. DO DESCREDENCIAMENTO

25.1. O presente credenciamento tem caráter precário. A qualquer momento, o **CREDENCIADO** pode solicitar o descredenciamento, caso não tenha mais interesse. Ademais, o **CREDENCIADO** ou a **FUNDAÇÃO PTI-BR** podem denunciar o credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Termo de Referência ou na legislação

pertinente.

25.2. O **CRENCIADO** que desejar iniciar o procedimento de descredenciamento deverá solicitá-lo mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

25.3. A **Fundação PTI-BR** pode, a qualquer momento, solicitar um descredenciamento se:

25.3.1. Após haver confirmado recebimento de mensagem da **Fundação PTI-BR** da Central de Serviços solicitando a execução de um trabalho e ter afirmado sua execução, o **CRENCIADO** deixar de executá-lo;

25.4. O **CRENCIADO** se recusar, por 3 (três) vezes, a prestar o serviço sem justificativa plausível.

25.5. O não-cumprimento das disposições mencionadas no Termo de Referência poderá acarretar o descredenciamento do credenciado, garantindo o contraditório e a ampla defesa e sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

25.6. Fica facultada a defesa prévia do credenciado, a ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação de descredenciamento.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Todas as despesas, encargos, fretes, impostos de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto do presente, honorários, taxa de agenciamento e todas as obrigações sociais e previdenciárias são de inteira responsabilidade e risco da empresa vencedora.

26.2. Nos custos apresentados devem estar inclusas despesas necessários para com a contratação dos profissionais.

26.3. Durante todo o período de credenciamento, a empresa credenciada deverá manter atualizada sua documentação e seus cadastros junto a **Fundação PTI-BR**.

27. DO FORO

27.1. Para dirimir toda e qualquer dúvida e/ou divergência oriunda do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de 2020.



PTI

Parque Tecnológico
Itaipu

CNPJ: 07.769.688/0001-18
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3576-7200
www.pti.org.br

(Assinado Digitalmente)

Eduardo Castanheira Garrido Alves

Diretor Superintendente

(Assinado Digitalmente)

Flaviano da Costa Masnik

Diretor Administrativo-Financeiro

(Assinado Digitalmente)

Claudinéia Pires

Comissão de Licitações